

Mulheres, raça e classe

Gislania de Freitas Silva

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Professora da rede cearense de ensino.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

244 p.

A importante obra do movimento feminista *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, foi lançada nos Estados Unidos em 1981. Contudo, somente agora está disponível para o público brasileiro, traduzida para o português, como parte de um projeto de edição de obras feministas da Editora Boitempo. Chega em hora oportuna, uma vez que nossa sociedade presencia um embate entre forças conservadoras e a resistência de diversos movimentos sociais, coletivos e indivíduos que recusam, prontamente, a perda de direitos de minorias.

Angela Davis é filósofa, professora e militante dos movimentos feminista e negro. Ficou conhecida internacionalmente por sua atuação no Partido dos Panteras Negras, apesar de nunca ter se filiado formalmente. A obra reflete sua militância em prol da igualdade de gênero, pela superação do racismo e pelo fim das desigualdades sociais. Suas palavras evidenciam que não é possível a superação das desigualdades sociais sem uma mudança radical nas relações raciais e de gênero, enfatizando a ligação profunda entre tais dimensões.

No Brasil, tornou-se ponto pacífico a dicotomia Estados Unidos biracial x Brasil multirracial, mesmo nos círculos acadêmicos. Tal polarização era baseada em um saber convencional, não em dados concretos (ANDREWS, 1997; SKIDMORE, 1992). A ideia difundida de democracia racial é persistente. Vemos quão forte ela ainda é nas reações exageradas quanto às ações afirmativas e política de cotas, por exemplo. Resistências e indignações com atos racistas são facilmente reputados como exageros, jogados para debaixo do tapete e silenciados no cotidiano. A luta organizada dos movimentos sociais é central para trazer visibilidade e promover espaços de debates onde o preconceito, assentado no total desconhecimento do outro, possa ser confrontado com as histórias de vidas reais, com pesquisas sérias e estudos fundamentados.

Em *Mulheres, raça e classe*, Davis se propõe a fazer um apanhado histórico da situação de homens e mulheres negras que foram escravizados no período pós-abolição, nos Estados Unidos, e as persistências históricas de práticas racistas. A obra é composta por treze capítulos bem articulados entre si, analisando diversas facetas do desenvolvimento do movimento sufragista, as interseções com o movimento antiescravagista e, posteriormente, o movimento negro. Seu trabalho discute o racismo institucional, constituinte de práticas culturais sancionadas no cotidiano, mas seu foco principal é a situação das negras, triplamente exploradas em sua condição de mulher, negra e trabalhadora.

Tratadas como unidades de trabalho, tal como os homens, as mulheres escravizadas sofriam ainda mais por sua condição de mulher, sendo vítimas constantes de abusos e violências sexuais. Davis traz uma série de relatos de mulheres que resistiram e os castigos perpetrados contra elas. Aponta como o estupro se tornou um instrumento eficiente de humilhação e subjugação, da qual os homens brancos lançavam mão sempre que desejavam.

Nesse contexto, as mulheres brancas foram, paulatinamente, sendo excluídas do mercado de trabalho; e os pequenos serviços que faziam em casa, como tecer e costurar, fazer velas ou sabão, passaram a ser realizados pela indústria nascente. Em par com isso, a ideologia da feminilidade, em vigor desde meados do século XIX, disseminava a ideia de que cabia às mulheres o papel sagrado de “mães” e “donas de casa”. Contudo, o mesmo não aconteceu com as mulheres negras, historicamente submetidas ao trabalho compulsório. Não obstante, grupos de mulheres – negras e brancas – passaram a lutar contra a escravidão. Muitas delas arriscaram a própria vida para ajudar escravos em fuga, ou mesmo para ensinar crianças e jovens negros a ler e a escrever.

A autora aponta que o movimento antiescravagista preparou as mulheres para a militância em defesa dos seus direitos, pois aprenderam a desafiar a supremacia masculina. Organizações de mulheres brancas de classe média que, a princípio, opunham-se à escravidão, passaram a reivindicar o sufrágio e a negar o “destino” de mães e donas de casa. Contudo, seu recorte de classe não permitiu que elas compreendessem a situação das mulheres trabalhadoras; tampouco, das mulheres negras.

Elisabeth Cady Stanton, Lucretia Mott e Susan B. Anthony, líderes do movimento sufragista, mulheres brancas de classe média alta, apontavam como limites das vidas das mulheres a domesticidade e a falta de oportunidades de estudos e empregos, condizentes com mulheres de sua classe social. De fato, elencavam como problemas enfrentados pelas mulheres o matrimônio, a carreira e os estudos e a perda de confiança e da autoestima. Acreditavam que,

com acesso ao voto, as mulheres poderiam modificar sua situação e serem tratadas com igualdade de direitos em relação aos homens. Claro está que essas são pautas importantes, mas seu recorte racial e de classe não lhes permitiu ver a situação das mulheres trabalhadoras. Anthony, por exemplo, criticava as trabalhadoras por focarem em “seus problemas imediatos” em vez de lutarem por igualdade política. De fato, o sufrágio só passa a ser uma pauta efetiva para as trabalhadoras quando essa necessidade brota de seu próprio cotidiano, de suas demandas por melhores condições de trabalho.

O movimento de mulheres sufragistas, que se originou na luta antiescravagista, ironicamente passa a ter uma postura racista e, em certos momentos, defensora da supremacia branca. As líderes do movimento, ao verem frustrado seu desejo de poder votar, com a aprovação da décima terceira e da décima quarta emendas, passaram a apoiar a campanha contra o voto do homem negro, pois, para elas, era absurdo que “até um negro” tivessem mais direitos do que elas, simplesmente por serem homens. Elas não percebiam que a já precária situação da população negra tornou-se mais grave no pós-abolição, com a formação de esquadrões de homens brancos que, em diversas cidades, matavam, sistematicamente, centenas de pessoas por motivos de ódio racial. De mercadoria que precisava ser preservada, os negros passaram a ter de ficar por sua própria conta em uma sociedade racista, hostil e violenta.

No fim do século XIX, os Estados Unidos veem recrudescer o racismo e assistem ao florescer da ideologia da supremacia branca, com as chamadas Leis de Jim Crow, leis de linchamento, frequentes assassinatos públicos de pessoas negras. A segregação vinha de mãos dadas com a mais explícita violência física e moral. Em 1893, a Suprema Corte revogou o Ato de Direitos Civis de 1875 e foi instituído um regime sob a máxima: “separados, mas iguais”.

Nesse contexto, as uniões sufragistas brancas passaram a entoar, em nome dos direitos das mulheres (brancas de classe média, diga-se de

passagem), um discurso racista de restrição dos direitos dos negros e de supremacia branca. Como aponta Davis, “(...) não eram os direitos das mulheres ou igualdade política das mulheres que tinham de ser preservados a qualquer custo, e sim a superioridade racial reinante da população branca” (p. 131). Impressiona no relato da autora como, aos poucos, as sufragistas só enxergavam a negação do voto como obstáculo para as mulheres, sem analisar a situação real de todas as mulheres – brancas e negras – de sua sociedade.

No tocante à condição das mulheres negras no pós-abolição, a autora delinea um quadro desanimador. As negras que viviam no Sul permaneceram, majoritariamente, nos serviços domésticos e nos campos. Para essas mulheres, nada ou quase nada mudou. Trabalho doméstico com carga horária extensa, assédios e abusos constantes, salários irrisórios, dentre outras situações, permaneceram quase intactas. As que conseguiram chegar ao Norte se depararam com o trabalho doméstico e, mesmo as que trabalhavam na indústria, desempenhavam papéis subalternos e mal remunerados. Somente no período da Segunda Guerra Mundial é que as mulheres negras abandonaram o trabalho doméstico e foram empregadas na indústria. Contudo, as pesquisas apontavam que ao menos um terço das mulheres negras permaneciam realizando trabalhos domésticos.

Davis chama a atenção para uma prática comum no Sul pós-abolição: o trabalho dos encarcerados. Pessoas de cor, homens e mulheres, ao menor pretexto, eram encarceradas e obrigadas a trabalhar para pagar suas penas, muitas vezes com grilhões presos aos seus pescoços. Diante desse “mercado lucrativo”, alguns governantes implementaram políticas de encarceramento em massa de pessoas negras. Alguns fazendeiros chegaram a contratar somente trabalhadores encarcerados, por ter um custo mais baixo – aponta a autora.

Outro ponto que merece destaque é o mito do estuprador negro e seu par inseparável, mas quase nunca mencionado: a ideia da mulher negra promíscua. A autora nos mostra como se construiu esse mito e como serviu de

justificativa para linchamentos e outros atos de violência contra a população considerada “de cor”. A mera suposição de que um negro era capaz de violar uma mulher branca era motivação suficiente para um homicídio. Ironicamente, não se discutia os recorrentes estupros de mulheres negras. Ao contrário, reforçava-se essa prática e a ideia de que as mulheres negras deviam se submeter aos brancos. Como assevera Davis, o estupro acabou por se tornar um instrumento de subjugação e terror da supremacia branca.

Importante também é a discussão impetrada por Davis sobre direitos reprodutivos e eugenia. Nas fileiras do movimento sufragista, algumas militantes levantavam a bandeira da “maternidade voluntária”, consequência da militância por direitos políticos. Todavia, tal proposta foi embotada pela ideologia racista e recaiu em apologias à esterilização das minorias étnicas e das classes populares. “Salvar a raça branca”, “salvar o país da mistura imprópria com negros e imigrantes”, eram alardeados por políticos e acadêmicos. “A influência fatal do movimento eugenista logo destruiria o potencial progressista da campanha pelo controle de natalidade” (p. 215).

A autora traz discussões que, ainda hoje, estão na pauta do dia da agenda feminista, como o aborto, a maternidade e os direitos sexuais das mulheres, que as militantes de hoje resumem na máxima: “meu corpo, minhas regras”. Conjuntamente, discorre sobre os trabalhos domésticos e o papel socialmente destinado as mulheres no tocante aos “assuntos do lar”, apontando para uma redefinição dos serviços domésticos na sociedade contemporânea.

A obra de Davis também nos instiga à reflexão sobre a polêmica questão do “lugar de fala”. Trata-se da substituição de diferenças biológicas por novos “essencialismos” culturais, como problematiza Antônio Flávio Pierucci (PIERUCCI, 2013). Políticas universalistas são mais urgentes do que demandas de públicos específicos? Quem pode falar sobre o quê? Somente contra o pano de fundo histórico esse conceito, apropriado por diversos movimentos sociais, mostra seu sentido. Apesar do exagero de alguns

militantes mais empolgados, que facilmente confundem “lugar de fala” com “autoridade de fala” (e homogeneização dos sujeitos que ocupam tais lugares), a questão é que diversos segmentos sociais foram silenciados, vilipendiados e tiveram seus direitos negados. Nesse momento, é urgente que se entenda o outro a partir de seu lugar no mundo e, principalmente, como este é tratado a partir de seu lugar social, é relacional. Claro, não vamos defender que “só mulheres podem falar de feminismo e sexismo” ou que “só gays podem discutir as pautas LGBTT”. Mas não podemos negar que existem experiências que não alcançaremos, nem com o maior esforço de abstração. É preciso ter consciência de que nossas experiências moldam as lentes pelas quais entendemos o mundo. Como mulher, compartilho com minhas irmãs as dificuldades de se viver em uma sociedade marcada pelo patriarcado e por práticas machistas. Contudo, como mulher branca, posso falar das experiências de uma mulher negra, bombardeada cotidianamente por estereótipos racistas que a colocam, ou tentam colocar, em uma posição inferior e subalterna? Como mulher branca, de classe média, acadêmica, tenho consciência dos privilégios de que gozo, devidos tão somente a minha branquitude?

A discussão proposta por Davis, entrelaçando gênero, raça e classe nos permite ter uma dimensão das problemáticas referentes aos pertencimentos identitários e da árdua tarefa que nos espera para a construção de um mundo socialmente mais justo. Para o enfrentamento das lutas cotidianas nesses tempos difíceis de transição, em que velhos padrões culturais não foram totalmente substituídos por outros, esta obra é ferramenta das mais valiosas.

Bibliografia

ANDREWS, Georg Reid. Democracia racial brasileira 1900 - 1990: um contraponto americano. **Revista Estudos avançados**, 11 (30), 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 34, nov./ 1992. pp. 49-62.